

# COMUNICAÇÃO INTERNA 28/2003

1ª e 2ª Quinzenas de Janeiro de 2003

- 1. Audiência com Secretário Estadual da Saúde** – No dia 07, o Secretário de Estado da Saúde, Dr. Carlos Fernando Agustini, recebeu em audiência representantes do COSEMESC (Conselho Superior das Entidades Médicas do Estado de Santa Catarina). Dr. Cyro Soncini, presidente do SIMESC, solicitou que o Secretário ouvisse os corpos clínicos dos hospitais catarinenses para indicar seus diretores. Dr. João Pedro Carreirão Neto, secretário geral do SIMESC observou que “o Sindicato não quer resolver problemas, mas preveni-los”, argumentando que isso só será possível se o Secretário indicar diretores de consenso nas unidades hospitalares. Dr. Agustini garantiu que haverá parceria entre a Secretaria de Estado da Saúde e as entidades médicas catarinenses, e disse que está conversando com profissionais e políticos para fazer uma escolha correta dos novos diretores de hospitais. Porém, avisou que existe a possibilidade de mudar esse modelo gerencial, que coloca o Sistema de Saúde sob “risco de colapso”. Dr. Viriato Cunha, presidente da ACM e coordenador do COSEMESC, sugeriu que fossem realizadas novas reuniões, a fim de discutir as mais variadas questões inerentes à categoria médica, como forma de garantir a parceria entre as entidades e a SES, o que foi imediatamente acatado pelo Secretário. Os representantes do COSEMESC lembraram, ainda, que o sobreaviso remunerado também é uma reivindicação da categoria. Os demais pontos da pauta de reivindicações entregue ao Secretário, serão discutidos nas próximas reuniões. Estavam presentes, representantes do SIMESC, CREMESC e ACM.
- 2. Reunião das entidades médicas com o Ministro da Saúde** – Entidades Médicas Nacionais, Regionais e Estaduais reuniram-se no dia 15, em Brasília, com o Ministro da Saúde, Humberto Costa. Dr. Cyro Soncini e Dr. Vanio Lisboa, representaram o SIMESC na reunião. Foram tratados assuntos como Formação Médica/Novas Escolas; Ato Médico; PSF (Programa de Saúde da Família); Política de medicamentos; SUS (Sistema Único de Saúde); e Planos de Saúde. Na oportunidade, as entidades médicas reafirmaram a sua intenção de parceria com o Ministério da Saúde. O Ministro, por sua vez, prometeu melhorar a qualidade do atendimento, garantir acesso das pessoas, estabelecer política de Relações Humanas e aprimorar o controle social do SUS. Também garantiu que vai ampliar as equipes do PSF, assegurar acesso da população a medicamentos e combater as endemias. Segundo ele, o Ministério da Saúde alterou sua estrutura, visando melhorar seu desempenho. Além disso, afirmou que o Ministério vai pautar a política de Saúde, e as Agências Reguladoras (ANS) cumprirão seu papel legal. O Ministro disse, ainda, que deve rever a Lei que regulamenta essas agências. De acordo com ele, os Hospitais Universitários terão apoio do Ministério da Saúde em parceria com o MEC. Ele também disse que não concorda com os hospitais públicos cedidos a terceiros. Quanto ao reajuste da tabela do SUS, o Ministro afirmou que dificilmente poderá concedê-lo ainda este ano. Disse, ainda, que está interessado em estabelecer parceria com as entidades médicas e os demais profissionais da Saúde.
- 3. Reunião da Federação Médica Sul Brasileira** – No dia 31, foi realizada, em Florianópolis, mais uma reunião da Federação Médica Sul Brasileira. Foram tratados assuntos como a audiência com o Ministro da Saúde, calendário de atividades da Federação para 2003, custeio das atividades da entidade, reunificação do Movimento Médico Sindical e comitês propostos pela CMB (Confederação Médica Brasileira) para descentralização dos trabalhos na luta sindical, entre outros. Estiveram presentes representantes de várias entidades do Sul do país. O SIMESC participou com a grande maioria de sua diretoria, inclusive com a presença de diversos diretores de regionais.
- 4. Repasse Financeiro às regionais** – Também no dia 31, foi efetuado o repasse financeiro às Diretorias Regionais do SIMESC, referente ao 2º semestre de 2002.

5. **AIDPI** – Ao tomar conhecimento que a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis tem realizado reuniões visando implantar o AIDPI (Programa de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância), o COSEMESC decidiu manifestar sua posição contrária, através de documento encaminhado ao Secretário Municipal da Saúde, Dr. Manoel Américo de Barros. O problema é que o AIDPI confere atribuições exclusivas da categoria médica a outros profissionais da área da Saúde. Esta atitude, segundo o documento, expõe a comunidade a um grande risco por delegar a profissionais sem conhecimentos técnico-científicos necessários a competência para diagnosticar doenças, sem a devida avaliação médica. Ainda de acordo com o documento, a estratégia prevista pelo AIDPI é válida e justificada em situações onde o acesso à assistência médica é dificultado ou inexistente, sem possibilidade de recorrer rapidamente a unidades de referência de Pediatria. O Programa foi concebido pela Organização Pan-Americana de Saúde para reduzir a morbimortalidade em populações com mortalidade infantil superior a 40 óbitos em menores de 01 ano por 1000 nascidos vivos, o que não é o caso da capital de SC, a qual apresentava, em 2000, coeficiente de mortalidade infantil de 7,79. **Leia o documento na home-page do Sindicato.**
6. **Mandado de Segurança Coletivo do SIMERS** – O Sindicato dos Médicos do Estado do Rio Grande do Sul teve concedida liminar ao Mandado de Segurança Coletivo impetrado junto à Justiça Federal, contra a resolução 271/2002, emitida pelo COFEN (Conselho Federal de Enfermagem), que autoriza o enfermeiro a atender consultas, solicitar exames, fazer diagnósticos e prescrever medicamentos. A liminar suspende os efeitos da resolução e determina ao COFEN que oriente os enfermeiros a não praticarem qualquer ato ou conduta estabelecida naqueles artigos. Essa decisão, de abrangência nacional, é uma vitória na luta pela recuperação dos direitos de pacientes e médicos. **Leia mais na home-page do SIMESC.**

**Contribuição Sindical** – O SIMESC, a exemplo de 2002, não cobrará a contribuição sindical dos médicos, por não concordar com esse tipo de “imposto”, resquício de um passado antidemocrático e que não assegura nenhum direito sindical a quem o paga. De qualquer modo, o Sindicato comunica ao médico assalariado (CLT), que **o recolhimento do tributo em favor do sistema sindical dos médicos isenta o contribuinte do desconto correspondente a 01 dia de salário, a ocorrer no mês de março, devendo a guia ser apresentada ao empregador.** Mais informações no SIMESC.